

**AS PROVAS RETÓRICAS EM VOTAÇÕES DE DEPUTADOS
FEDERAIS ALAGOANOS NO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DA EX-
PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

**RHETORICAL EVIDENCE IN VOTES BY FEDERAL DEPUTIES FROM
ALAGOA IN THE IMPEACHMENT PROCESS OF FORMER
PRESIDENT DILMA ROUSSEFF**

Isabella Sotero Medeiros Teixeira¹

Mestranda, Universidade Federal de Alagoas (UFAL-PPGLL)

Max Silva da Rocha²

Doutor, Universidade Federal do Piauí (UFPI-PPGEL)

Deywid Wagner de Melo³

Doutor, Universidade Federal de Alagoas (UFAL-PPGLL)

Sandra Araujo Lima Cavalcante⁴

Doutora, Instituto Federal de Alagoas (IFAL)

Resumo: Este trabalho trata da análise das provas retóricas em votações orais de deputados federais alagoanos durante o evento comunicativo do *impeachment* da então presidente do Brasil Dilma Vana Rousseff, em 2016. Para tanto, ancoramos o nosso estudo na teoria retórica, entendida como um campo do saber que objetiva descortinar as estratégias argumentativas presentes em discursos diversos. Assim sendo, temos como principal objetivo descrever, explicar e interpretar as possíveis estratégias retóricas que foram mobilizadas por quatro oradores durante a realização do voto no citado evento comunicativo político. O nosso *corpus* se constitui por nove votações orais. Entretanto, neste trabalho, realizamos uma análise apenas de quatro votações. Como se trata de um artigo, gênero acadêmico relativamente curto, não foi possível analisar todas as votações. Ademais, os resultados apontam que os oradores se utilizaram de diferentes construções da imagem de si (*ethos*); de um conjunto de argumentos formulados no campo da racionalidade (*logos*); e de várias paixões (*páthos*) que foram despertadas com objetivo de comover o auditório. Identificamos que o *ethos* foi a prova retórica mais recorrente nas votações analisadas, sobretudo, os *ethé* de patriota e democrata.

Palavra-chave: Discurso político. Deputados federais alagoanos. Retórica.

¹ E-mail: isabellasotero@gmail.com

² E-mail: msrletras@gmail.com

³ Email: deywid@arapiraca.ufal.br

⁴ sandra_araujolima@yahoo.com.br

Abstract: This paper analyzes the rhetorical evidence in oral votes by federal deputies from Alagoas during the impeachment event of the then Brazilian president Dilma Vana Rousseff in 2016. To this end, we anchor our study in rhetorical theory, understood as a field of knowledge that aims to uncover the argumentative strategies present in different speeches. Therefore, our main objective is to describe, explain and interpret the possible rhetorical strategies that were mobilized by four speakers during the vote in the aforementioned political communicative event. Our corpus consists of nine oral votes. However, in this paper, we only analyzed four votes. Since this is an article, a relatively short academic genre, it was not possible to analyze all votes. Furthermore, the results indicate that the speakers used different constructions of self-image (ethos); a set of arguments formulated in the field of rationality (logos); and of various passions (pathos) that were awakened with the aim of moving the audience. We identified that ethos was the most recurrent rhetorical evidence in the votes analyzed, especially the ethé of patriot and democrat.

Keyword: Political discourse. Federal deputies from Alagoas. Rhetoric.

Considerações iniciais

O *impeachment* de Dilma Vana Rousseff, ocorrido em 2016, foi um episódio político significativo no Brasil, marcado por polarizações ideológicas e mobilizações sociais que persistem, inclusive, até hoje, pois, mesmo após quase nove anos, o êxito do procedimento ainda traz divergências políticas em nossa sociedade. O processo de *impeachment* é uma ferramenta para a destituição de presidente da República ou de outras autoridades públicas governamentais. Diante disso, o *impeachment* é regulamentado pela Constituição Federal, precisamente nos artigos 85 e 88. A Constituição de 1988 estabelece que, para a instauração do processo de destituição do cargo de Presidente da República, é necessária a autorização da Câmara de Deputados, com o voto de dois terços de seus membros.

Após essa autorização, o Senado é responsável por processar e julgar o presidente nos casos de crimes de responsabilidade. O processo de *impeachment* envolve várias etapas, entre elas, listamos as seguintes: denúncia, análise da denúncia, comissão especial, votação na Câmara, julgamento no Senado e decisão final. Segundo Silva (2018), no curso de direito constitucional, o *impeachment* é um instrumento de controle político com o intuito de assegurar a responsabilidade do presidente e permite a intervenção do legislativo, em casos de infrações que comprometam a Constituição e a democracia do país. A aplicabilidade sempre deve ser guiada pela ética, garantindo, assim, a preservação do Estado Democrático.

Diante da instauração dessa controvérsia polêmica, o plenário da Câmara aprovou o resultado de 367 votos favoráveis ao *impeachment* e 137 votos contrários, por crime de responsabilidade, devido à abertura de créditos suplementares por decreto presidencial, sem a autorização do Congresso Nacional e de uma possível contratação ilegítima de crédito.

Também foi autorizada a abertura de *impeachment* no Senado, com 55 votos a favor da abertura e 22 votos contrários. As votações aconteceram em 17 de abril de 2016. Em seguida, Michel Temer assumiu a presidência, ao tempo em que Dilma Rousseff foi desligada do cargo. O processo de impedimento da então presidente petista gerou uma intensa comoção e instabilidade política na sociedade brasileira.

Quanto às supostas acusações à ex-presidente Dilma Rousseff, Morais (2019) afirma que, ao examinar todas as hipóteses e argumentos, não havia consistência política para o pedido de *impeachment*, fortalecendo, assim, a ideia de um golpe elaborado pela direita. O *impeachment* gerou uma intensa comoção popular, impulsionada pelas interações sociais instantâneas nas redes digitais, bem como foi amplamente discutido nos canais televisivos, estimulando conflitos ideológicos entre apoiadores e opositores do governo vigente. Ainda em relação ao afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff, a ideia surgiu a partir dos variados protestos nos períodos entre 2013 e 2016, principalmente por parte dos núcleos populares conservadores que foram às ruas e despertaram graves conflitos em nossa sociedade.

No que diz respeito ao posicionamento de deputados do estado de Alagoas no procedimento, contendo nove deputados representantes, a bancada alagoana foi a última a votar na sessão da Câmara Federal. Arthur Lira foi o primeiro deputado a iniciar a votação e, em seu pronunciamento, parabenizou a atuação do deputado Jovair Arantes, responsável pelo relatório em defesa do *impeachment*. Seis votos foram favoráveis ao impedimento da presidenta. Os parlamentares que votaram sim foram esses: Pedro Vilela (PSDB), Cícero Almeida (PMDB), JHC (PSB), Marx Beltrão (PMDB), Maurício Quintela (PR) e Arthur Lira (PP). Já Ronaldo Lessa (PDT), Givaldo Carimbão (PHS) e Paulão (PT) foram contrários ao processo. Iremos analisar apenas quatro votos, sendo dois favoráveis e dois contrários, uma vez que não há limite suficiente neste artigo para a análise na íntegra. Entretanto, faremos toda a análise e publicaremos os resultados em artigos diferentes sobre esse tema.

Nesse cenário, buscamos compreender quais estratégias retóricas foram mobilizadas para fundamentar os votos de quatro deputados alagoanos na legitimação da decisão final do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. A análise das estratégias retóricas destaca o papel fundamental da retórica nas deliberações políticas, ao investigar o posicionamento de deputados nesse recorte e fomentar reflexões críticas e sociais sobre esse momento polêmico, visto que se trata de uma marca permanente na história política brasileira. Essa escolha se justifica pela necessidade de compreender esse fenômeno e mostrar a relevância da retórica

nas artimanhas discursivas durante a externalização das convicções de deputados alagoanos. Assim, averiguar os discursos desses oradores sob o ponto de vista retórico permite identificar as técnicas persuasivas empregadas e elucidar os possíveis sentidos formulados no discurso.

É importante informar que a votação oral de esfera política é um gênero discursivo. Em um trabalho recente, Piancó (2021) propôs uma definição para esse gênero tão comum na referida instância enunciativa. Para a autora, trata-se de um gênero pertencente à modalidade de língua oral, encontrado, na maioria das vezes, no domínio discursivo político, “inscrito predominantemente na tipologia argumentativa, que tem como principal função decidir favorável ou não acerca de questões postas em julgamento durante sessões de votações na câmara dos deputados, no senado ou em qualquer outro espaço social de esfera política” (Piancó, 2021, p. 80). Neste trabalho, iremos nos deter em votações da Câmara Federal.

Metodologicamente, seguimos as diretrizes de Paiva (2019). Nosso estudo toma como base a pesquisa de natureza básica, pois almeja aumentar o conhecimento científico em nossa área disciplinar; é uma pesquisa teórica quanto ao gênero, uma vez que propõe uma discussão que pode gerar novos conceitos; é uma pesquisa primária, tendo em vista que nós mesmos coletamos os dados de análise; é uma pesquisa de abordagem qualitativa, já que observa de que maneira o discurso analisado engendra diferentes sentidos. A nossa pesquisa possui objetivos descritivos, explicativos e interpretativos a partir do método de análise retórica, seguindo as noções de Aristóteles (2011), Ferreira (2015), Mateus (2018), entre outros.

Além das considerações iniciais, finais e referências, este artigo está organizado em algumas partes. Na primeira, exploramos a história, a definição e a caracterização da retórica enquanto disciplina milenar. Na segunda, discorremos sobre as análises retóricas das votações orais de quatro deputados federais alagoanos, destacando as artimanhas persuasivas utilizadas como embasamento de suas decisões. A partir desses passos, almejamos contribuir, de alguma maneira, com os estudos em nossa área disciplinar, ao mostrar a importância de descontar os procedimentos retóricos em discursos orais de parlamentares alagoanos.

Retórica: história, definição e caracterização

A retórica é um campo do saber que existe há pelo menos dois mil e quinhentos anos. Trata, especificamente, do estudo das técnicas argumentativas que são mobilizadas em discursos orais, escritos, entre outros. À luz de Fiorin (2017), entendemos que a palavra

retórica se originou do grego *rhésis*, que significa “ação da fala”; discurso e *Rhetoriké* – arte oratória, de convencer pelo discurso. Já para Reboul (2004, p. XIV), a retórica é a “arte de persuadir pelo discurso”. Trata-se, desse modo, de uma disciplina e/ou campo do conhecimento que busca descortinar as estratégias persuasivas que são postas no discurso para influenciar o auditório. Essa influência não se resume em apenas convencer ou persuadir o outro, mas também em orientar pensamentos, modificar crenças e opiniões, moldar comportamentos, ações, buscando mover e comover os ânimos do auditório.

Nesse contexto, compreendida por sua particularidade persuasiva, a retórica, de maneira objetiva, é definida como uma “disciplina que estuda o modo como comunicamos persuasivamente com os outros” (Mateus, 2018, p. 15). Essa comunicação não é apenas com fins de estabelecer um simples contato, ao contrário, é um modo de fazer com que o outro pense e aja como nós. É aqui que temos o sentido da retórica: mover por meio de elementos racionais e comover por meio de nuances emocionais. A retórica é, de fato, um instrumental teórico-analítico que propicia ao orador agir sobre o seu auditório, gerenciando relações.

É importante mencionar que a origem da retórica se manifesta por volta de 485 a.C., “depois que uma sublevação democrática derrubou os tiranos da Sicília Gelon e Hieron, que, durante seu governo, tinham expropriado muitas terras com finalidade de distribuí-las a seus soldados” (Fiorin, 2017, p. 22). Após a conquista dessas terras, surgiram “grandes júris populares, que precisavam ser convencidos da justiça da reivindicação” (Fiorin, 2017, p. 22), com a finalidade de expor os protestos dos proprietários desapropriados de suas terras.

Ainda na esteira do pensamento de Fiorin (2017), frente a essa situação, a eloquência aplicada para estimular o ânimo dos jurados passou a ser analisada como objeto de estudo e/ou ensino, tendo como primeiros professores da arte de persuadir Empédocles de Agrigento, Córax e Tísias. Diante disso, o surgimento da retórica, enquanto disciplina, se deu em virtude de disputas por terras. Logo, os embates argumentativos fizeram florescer essa disciplina.

Segundo um outro direcionamento sobre datas, Abreu (2004) preleciona que a retórica se originou na Grécia antiga, em meados de 427 a.C., “quando os atenienses tendo consolidado na prática os princípios do legislador Sólon, estavam vivendo a primeira experiência de democracia de que se tem notícia na História” (Abreu, 2004, p. 26). Assim, a consolidação da retórica como disciplina na Grécia partiu de uma necessidade específica, no interior de uma sociedade com conceitos embrionários de democracia. Sua pertinência se deu “numa época em que ainda não existiam advogados para defender os litigantes, começaram a

surgir um conjunto de pessoas capazes de mobilizar multidões e, através de sua eloquência, convencê-las do que seria adequado fazer” (Mateus, 2018, p. 59). Os sofistas surgem como pioneiros da retórica, ensinando distintas técnicas argumentativas para as pessoas.

A adesão ao sistema político-democrático trouxe variáveis e uma demanda popular em dominar articulações discursivas para a tomada de decisões coletivas, na reivindicação de direitos para garantir a conquista da justiça social na sociedade grega. A carência de autossuficiência do povo na articulação de acordos culminou no fortalecimento pela procura por mestres possuidores do conhecimento da arte do bem falar. Era preciso saber argumentar diante de assembleias e tribunais. As pessoas comuns precisavam aprender a persuadir.

Os mestres dessa arte, intitulados como sofistas, obtinham um amplo conhecimento cultural. Nesse contexto, o conhecimento diversificado e a aplicabilidade de seus saberes proporcionaram aos sofistas “um papel de relevo na sociedade ateniense, porque eram eles que providenciavam o treino retórico e as competências de persuasão necessárias ao debate entre pares” (Mateus, 2018, p. 61). Os mestres sofistas foram muito criticados por filósofos, pois não defendiam uma verdade absoluta proclamada pela filosofia da época. Para os professores de retórica, o que realmente importava era o modo como o discurso persuadia.

Os sofistas pretendiam vencer os debates e arrecadar grande soma de dinheiro. Desse modo, não se importavam com as questões éticas ou morais. O que realmente interessava era mesmo vencer as disputas argumentativas. Por esse e outros motivos, alguns filósofos, dentre eles, Platão, condenou a retórica como algo que precisava ser extinto. Entretanto, como advoga Mateus (2018, p. 69), a “Retórica enquanto técnica da persuasão não é, em si mesma, boa ou má. São os usos que se dão a Retórica que podem ser classificados como benéficos ou prejudiciais”. À luz dessa citação, compreendemos que a retórica é um bem e por sê-lo encontra-se disponível para ser utilizada de maneira honesta ou desonesta por oradores.

Na política, por exemplo, a retórica é operada como uma técnica necessária, pois através dela é possível acessar os recônditos racionais e emocionais daqueles que o orador pretende influenciar com seu discurso. Na verdade, o discurso político é retórico por natureza e apresenta, em seu escopo, a materialização de uma retórica persuasiva que interpela os interlocutores. “O discurso político como ato de comunicação concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos” (Charaudeau, 2018, p. 40). É no

discurso político que encontramos uma expressiva utilização de estratégias argumentativas. Elas, quando mobilizadas de maneira consistente, conseguem granjear a adesão do auditório.

Segundo Mateus (2018), a retórica não está delimitada somente à política, ao contrário, ela perpassa vários discursos, a exemplo do religioso, jornalístico, publicitário, jurídico, midiático, literário, entre outros. A necessidade de influenciar os outros às nossas ideias “é omnipresente nas nossas vidas, desde o voluntariado na associação de estudantes, passando pela escolha do local de férias até convencermos os nossos filhos a comer” (Mateus, 2018, p. 16). Em nosso entendimento, a retórica é um recurso que não podemos abdicar sob nenhuma hipótese, uma vez que é algo natural, que surge durante nossas relações interacionais com os nossos interlocutores do cotidiano. Como bem lembra Ferreira (2015), somos seres retóricos por natureza, pois temos crenças, costumes, vontades, valores, ou seja, sempre estamos tentando, de algum modo, influenciar os nossos pares acerca de algo.

A eficácia retórica, como instrumento influenciador de opiniões e comportamentos, é realizada a partir de diferentes maneiras. O discurso político é um dos principais meios de manifestação de questões retóricas que incitam convicções e ações por parte do auditório. É nesse tipo de discurso que encontramos as tentativas de conquistar a adesão do outro de modo mais acintoso possível. Os políticos buscam o voto popular e, para isso, recorrem a inúmeras estratégias de persuasão que impactam o auditório através da razão e da emoção. Com efeito, temos que o fenômeno da persuasão está intrinsecamente relacionado com a “a paixão, mas também com a razão, pois os que procuram comandar devem se tornar legítimos e fidedignos, e os que aceitam submeter-se por delegação interposta procuram controlar o poder outorgado e mesmo reivindicar o direito de questionar sua aquisição” (Charaudeau, 2018, p. 94).

Não concordamos com a separação dicotômica entre razão e emoção. Para nós, ancorados nos aportes teóricos evocados neste trabalho, acreditamos em uma fundição entre esses dois conceitos. Conquistar o outro pela razão e pela emoção é o que cremos ser mais coerente. A nosso ver, não existe persuasão sem passar por esses dois componentes retóricos. Com base nessas alegações, importa observar de que maneira estratégias de persuasão atuam de modo a conquistar mentes e corações. A retórica tem a missão de desvelar tais práticas linguageiras, visto que possui um instrumental teórico-metodológico e analítico consolidado.

Por conseguinte, foi com o mestre Aristóteles que a retórica conseguiu um lugar ao sol. Segundo esse filósofo, “pode-se definir a retórica como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de propósito para criar a persuasão. Nenhuma outra arte possui tal

função” (Aristóteles, 2011, p. 44). Como notamos, o célebre autor afirma que a retórica se ocupa em analisar os discursos e, em seguida, desvelar os elementos que envidam persuadir o auditório. Esses dispositivos podem ser os mais variados possíveis, a exemplo de argumentos racionais, paixões que são suscitadas, construções da imagem de si por parte do orador que professa o discurso, a utilização de figuras retóricas, entre outros dispositivos argumentativos.

A retórica tem, em sua base fundante, um compromisso inadiável com a finalidade de descortinar as artimanhas argumentativas que buscam constantemente persuadir o outro acerca de uma proposta que é colocada ao assentimento. Para o analista retórico, importa descrever, explicar e interpretar como tudo isso acontece discursivamente. É na manifestação lingüística que o ato retórico encontra sua vitrine. Em Aristóteles (2011), encontramos o seu tratado de retórica. Nele, o autor nos apresenta os alicerces de sua teoria, mas não iremos nos deter em todas as categorias existentes na retórica, mas apenas na tríade aristotélica.

Nesta investigação, lançamos mão da retórica antiga e da nova retórica. Com os ataques sofridos pela má fama dos sofistas e as duras críticas platônicas, a retórica declinou e passou muito tempo reduzida ao estudo das figuras. Passaram-se vários séculos em que a retórica ficou apagada do cenário acadêmico e, a partir de 1958, voltou à tona de uma vez por todas. Autores como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) elaboraram uma obra intitulada “Tratado da argumentação: a nova retórica”. Foi nesse período que surgiu uma nova retórica que tem como força motriz o estudo da tipologia dos argumentos. Outras obras surgiram e acenderam novamente a chama da retórica que, acreditamos, jamais será apagada novamente.

Na obra seminal da nova retórica, os autores elaboraram um estudo profícuo sobre as técnicas argumentativas que o orador lança mão para persuadir o auditório. Esses pioneiros não focalizam as imagens de si do orador, tampouco falam em paixões que são despertadas via discurso. Concentram todas as suas forças no discurso propriamente dito, procedendo à criação de uma tipologia exaustiva de argumentos. Tais argumentos vieram justamente das teorizações aristotélicas, mas foram ampliados, ressignificados e, também, alguns argumentos foram formulados pelos citados autores. É uma nova teoria, mas alicerçada em Aristóteles.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 4), a nova retórica pode ser compreendida como “o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”. Como podemos constatar, essa definição está em plena sintonia com a do mestre Aristóteles. As técnicas

discursivas dizem respeito a todos os elementos persuasivos que são acionados no discurso do orador para tentar agir sobre o seu auditório. A ideia é, realmente, conquistar a adesão.

Os espíritos, nesse caso, são as pessoas e não entidades abstratas de seres místicos e/ou espirituais. Provocar ou aumentar a adesão são ações que denotam ação oriunda da própria argumentação. Alguns auditórios poderão ter sua adesão intensificada e outros precisarão aderir ao discurso. Essas questões apresentadas estão em concordância com o pensamento aristotélico, razão por que a obra desses autores sobre uma nova retórica representa, nesse cenário, uma continuidade daquilo que iniciou o discípulo de Platão. Não existe uma separação total da filiação inicial de base aristotélica. Dizer que são opostas ou algo dessa natureza é desconhecer os laços que ligam ambas as teorias que estão entrelaçadas.

Tríade retórica: a constituição das provas

Neste trabalho, como vimos discutindo, as provas retóricas são a nossa categoria principal de análise das votações de parlamentares alagoanos. É preciso, desse modo, definir cada elemento da tríade, levando em consideração que não se trata de elementos dicotômicos, muito pelo contrário, são dispositivos argumentativos que estão inter-relacionados. Com base nisso, passemos, então, às considerações sobre o *ethos*, o *logos* e o *pathos*.

Ethos: a construção da imagem de si

Desde os gregos antigos, sobretudo, Aristóteles (2011), encontramos uma discussão sobremaneira importante acerca do *ethos*. É com esse mestre, nossa fonte primária por excelência, que apresentamos o seguinte conceito: “A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito” (Aristóteles, 2011, p. 45). A partir desse entendimento, o *ethos* tem a ver com o caráter, a moral, ou seja, a imagem que o orador constrói de si no momento de sua argumentação diante de um auditório. É importante mencionar que essa imagem pode ser real, fingida, uma vez que o orador se mostra ou se esconde quando profere o discurso.

A própria palavra *ethos* tem ligação direta com a palavra ética. Esta é compreendida como um conjunto de princípios comportamentais. Na verdade, são traços que mostram, de alguma maneira, o modo como o orador se apresenta quando está argumentando. De acordo

com o entendimento de Ferreira (2015, p. 21), o *ethos* retórico pode ser compreendido “como um conjunto de traços de caráter que o orador mostra ao auditório para dar uma boa impressão. Incluem-se nesses traços as atitudes, os costumes, a moralidade, elementos que aparecem na disposição do orador”. Esses aspectos são manifestados discursivamente, através do modo como a argumentação é dirigida ao auditório com determinadas finalidades.

É pertinente salientar que o *ethos* diz respeito apenas à construção da imagem do orador projetada no discurso. Não pode ser considerado *ethos* a imagem que o orador cria do auditório ou de um terceiro como se encontra em alguns trabalhos que dizem promover um alargamento do *ethos*. Em um estudo recente, Rocha, Moura e Melo (2024) são enfáticos e afirmam que novos direcionamentos sobre o *ethos* não encontram ancoragem de base aristotélica e que seria necessário nomear esse fenômeno de outra forma para não causar uma problemática com um conceito tão consolidado como é a citada categoria. “Todavia, não se pode negar que o orador formula e cria imagens de outros por meio do discurso que enuncia, mas isso não é *ethos* no sentido aristotélico do termo” (Rocha; Moura; Melo, 2024, p. 202). Seria uma imagem? Uma representação social do outro? É necessário formular um conceito para esse fenômeno, a fim de evitar uma problemática terminológica de maior proporção.

Por conseguinte, Fiorin (2017), Mateus (2018), Meyer (2007) e Reboul (2004) seguem o pensamento aristotélico para descreverem a prova retórica pelo *ethos*. Segundo Fiorin (2017, p. 70), “o enunciador, ao construir seu discurso, edifica também uma imagem de si”. Para Mateus (2018, p. 111), “O *ethos* denota um caráter moral que o orador aparenta, pelo menos, possuir e que deseja colocar ao serviço do seu auditório”. Consoante Meyer (2007), o *ethos* “é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório”. Para Reboul (2004, p. 48), o *ethos* é “o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança”.

A partir desses conceitos, assumimos que o *ethos* é mesmo a construção da imagem de si projetada no discurso por um orador. A retórica, desde o mestre Aristóteles, apregoa esse entendimento. Nesta investigação, seguimos os mesmos direcionamentos para analisar de que modo parlamentares alagoanos constroem diferentes imagens de si no momento das votações orais na sessão do *impeachment*. Não iremos perscrutar as questões do *ethos* concebido numa perspectiva de análise do discurso, uma vez que não é o nosso foco neste trabalho. Sabemos que existem diferenças entre o *ethos* retórico e o *ethos* discursivo. Entretanto, ambos são

ethos, ambos representam construção da imagem de si. Para nós, é preferível, pelo menos neste estudo, centrarmos todas as nossas forças nas querelas do *ethos* de base retórica.

Pathos: a construção das emoções

Enquanto o *ethos* está para a imagem de si do orador, o *pathos* está para o auditório, pois remete à paixão despertada naqueles que o discurso almeja influenciar. Para Aristóteles (2011, p. 45), a “persuasão pode ser obtida através dos ouvintes quando o discurso afeta suas emoções; com efeito, os julgamentos que emitimos variam segundo experimentamos sentimentos de angústia, ou júbilo, amizade ou hostilidade”. Portanto, as paixões são uma mola propulsora que cativa os ânimos do auditório. Desde os mestres gregos até a contemporaneidade, é de comum acordo que a paixão convence e persuade muito mais do que a razão em determinas ocasiões. Os seres humanos são seres relacionais de opiniões, controvérsias, interações, acordos e também desacordos que instauram polêmica.

A própria retórica se opõe à demonstração. O campo da retórica é mesmo o da opinião controversa, recheado com elementos passionais. “As paixões (emoções) são as causas das mudanças nos nossos julgamentos e são acompanhadas por dor ou prazer” (Aristóteles, 2011, p. 122). Quando sentimos uma paixão, ela vem acompanhada por uma sensação de dor ou prazer. Por exemplo, quando sentimos alegria, a sensação é prazerosa; mas quando sentimos ódio, existe uma dor que nos acomete. O *pathos* é, então, um conjunto de paixões que o orador precisa provocar em seu público-alvo através de uma argumentação que leve à convicção. Trata-se de comover o auditório, perscrutando as nuances emocionais disponíveis.

Alguns teóricos corroboram as formulações aristotélicas. Mateus (2018, p. 110) advoga que “O *pathos* é uma arma poderosa. Emoções como medo, raiva, vergonha ou piedade podem ser usadas como provas artísticas capazes de despertar impressões persuasivas”. Já no entendimento de Mosca (2017, p. 16), temos que, “Em nossos dias, não se pode discutir o processo da argumentação, sem que se trate da função que as emoções nele desempenham”. Ferreira (2017, p. 67) preleciona que “Quando as paixões gritam no interior de alguém, um orador pode, pela boa articulação do ato retórico, não apenas ensinar, agradar ou comover com menor ou maior intensidade, mas também acentuar no auditório o aspecto passional de um evento do existir”. E Meyer (2000, p. XXXVIII) arremata o assunto,

ressaltando o seguinte pensamento: “As paixões servem para classificar os homens e descobrir se o que sentem é necessário para que quem quer convencê-los aja sobre eles”.

Seguindo esses direcionamentos, o nosso foco é descrever de que maneira as paixões foram mobilizadas discursivamente. Não se trata de algo que a pessoa diz “estou sentido tristeza”, ao contrário, diz respeito a possíveis efeitos que o discurso busca causar no auditório. Não podemos falar de efeitos dados, concretos, mas sim de efeitos possíveis. Na esteira do pensamento de Emediato (2022, p. 442), temos que os efeitos dos discursos “sobre as pessoas e a influência que eles podem exercer sobre nós são, na maioria das vezes, de natureza impressionista e especulativa. Melhor falar de efeitos potenciais ou visados que de efeitos efetivos, já que raramente fazemos estudos sobre recepção”. Concordamos com esse teórico, razão por que preferimos chamar de efeitos possíveis e nunca de efeitos efetivos.

Logos: a construção do argumento

O *logos*, em teoria retórica, diz respeito às estratégias discursivas que o orador mobiliza para agir sobre o seu auditório. “Enfim, a persuasão é obtida através do próprio discurso quando demonstramos a verdade, ou o que parece ser a verdade, graças à argumentação persuasiva apropriada ao caso em pauta” (Aristóteles, 2011, p. 46). Convém mencionar que o *logos* simboliza o discurso verossímil e não uma verdade absoluta, irrefutável. Também não diz respeito apenas ao silogismo lógico, mas também ao lugar do preferível, do que é possível em dada situação. O interesse recai sobre a utilização de argumentos para influenciar as convicções e as paixões que, de algum modo, estão disponíveis nas interações argumentativas que são aventadas em dadas ocasiões.

Para Mateus (2018), o *logos* está relacionado ao próprio discurso retórico, robustecido de meios persuasivos. Esses meios são, na verdade, os raciocínios que o orador lança mão para agir diante de sua audiência. Daí advêm vários tipos de argumento postos no discurso a fim de fazer com que a adesão seja conquistada ou ampliada. “O *logos* indica, assim, as provas discursivas, argumentativas e racionais provenientes de um raciocínio coerente. Estas provas artísticas dizem respeito ao modo como os indivíduos alegam ou objetam algum assunto prático” (Mateus, 2018, p. 108). Dessa forma, o *logos* caminha pelas vias da racionalidade, acionado raciocínios que, às vezes, apresentam uma aparência lógica.

Sendo uma das três provas retóricas, o *logos* está associado diretamente ao modo como argumenta o orador. É por meio da força dos argumentos que se tem a convicção e a persuasão daquele que se pretende conquistar. Como destaca Meyer (2007, p. 27), o *logos* “pode agradar, comover, instruir, mas também convencer por meio de argumentos”. Na verdade, em nosso entendimento, a maior finalidade do *logos* é convencer e persuadir por meio de técnicas argumentativas que só são reconhecidas a partir do olhar do analista retórico que tem a missão de descortiná-las. O *logos* perscruta e encontra um lugar que pode arrebatar mentes e corações acerca de uma determinada proposta que é apresentada ao assentimento.

Em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), encontramos uma tipologia exaustiva sobre conjuntos de argumentos. Esses autores, que são pioneiros da nova retórica, elaboraram um verdadeiro tratado da argumentação com foco na descrição de tipos de argumento. Criaram, assim, os argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real, os argumentos que fundam a estrutura do real e os argumentos que dissociam noções. Em cada um desses tipos, existem subtipos de argumentos, tais como: definição, autoridade, divisão, inclusão, pragmático, o grupo e seus membros, comparação, analogia, aparência e realidade, entre tantos outros. É com base nessa tipologia que iremos descrever os argumentos que encontramos nas votações de parlamentares alagoanos durante as votações do *impeachment*.

Análise retórica em votações de deputados alagoanos

Os trechos analisados a seguir foram extraídos da ata⁵ da 91ª sessão da Câmara dos Deputados Federais, registrada em 17 de abril de 2016. Nesse documento, encontramos a transcrição na íntegra de cada voto dos parlamentares sobre o processo de *impeachment* da então presidente do Brasil, Dilma Vana Rousseff. Como sabemos, a líder petista foi destituída de seu cargo e, para retirá-la do poder, foi necessário emplacar um processo de afastamento.

Na análise inicial, investigamos as nuances argumentativas presentes no voto do deputado Arthur Lira (PP), que, em 2016, foi o primeiro parlamentar a abrir as votações dos oradores que representaram o estado de Alagoas durante a votação no processo de *impeachment*. Atualmente, ele continua a exercer seu mandato como deputado federal,

⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-090-de-160416>. Acesso em 12 de nov. 2024.

representando Alagoas em Brasília, onde ocupa o tão almejado cargo de Presidente da Câmara dos Deputados Federais. Lira é um dos principais articuladores do famigerado centrão.

Em razão da dimensão deste gênero acadêmico, artigo científico, analisamos apenas quatro votações, sendo duas favoráveis e duas contrárias ao processo de *impeachment*. A seguir, apresentamos a análise com a descrição, explicação e interpretação das informações.

Análise retórica da votação 1:

Nesta primeira votação, o orador postula que o seu voto a favor do *impeachment* é porque o Brasil está parado. Além disso, o orador se mostra como alguém que é obediente ao seu partido. Podemos visualizar isso na argumentação que se segue:

Arthur Lira (PP-AL): Senhor presidente, tenho o prazer de abrir a votação do último estado, o estado de Alagoas. Antes do meu voto, queria parabenizar o belíssimo trabalho do relator, meu amigo pessoal, deputado Jovair Arantes. Não acredito que o resultado de hoje, já consagrado por esta casa, vá permitir que a casa não tenha diálogo para encontrar um caminho para o desenvolvimento do Brasil. Em nome desse diálogo, em nome do desenvolvimento, no meu segundo mandato chego aqui com a certeza de que o desenvolvimento e a mudança da vida das pessoas são um grande trabalho deste Congresso. O Brasil está parado e nós temos que encontrar essa saída em nome do progresso dos alagoanos, dos meus filhos e de quem convive em Alagoas. Eu e meu partido, que fechou questão a favor do impeachment, caminhamos juntos e meu voto é sim ao procedimento.

No exórdio do voto, o orador em tela revela que tem o prazer de abrir a votação referente aos deputados representantes do estado de Alagoas. Em seguida, parabeniza o relator do processo de *impeachment*, ao mesmo tempo em que o nomeia de “amigo pessoal”, razão pela qual encaixa o argumento quase-lógico da definição descritiva. Nesse momento, também entendemos que o orador projeta no discurso um *ethos* de competente, uma vez que se apresenta como o responsável por abrir a sessão de votação pelo estado de Alagoas. Não é qualquer um político que tem essa legitimidade. Além disso, o *ethos* de amigo está posto nessa argumentação, já que o orador parabeniza o trabalho do relator e o considera como alguém próximo, de seu convívio pessoal, indicando, explicitamente, os laços afetivos.

Em seguida, o orador, por meio de um discurso de negação, preleciona que o resultado da votação não irá impedir que os deputados encontrem um caminho para o desenvolvimento do Brasil. O orador constitui, nesse excerto, um *ethos* de líder, uma vez que argumenta em nome de seus colegas deputados. A casa que é mencionada encapsula, na verdade, a maioria dos votantes que foram a favor do afastamento da então presidente Dilma Rousseff. Ademais,

podemos pensar aqui na utilização do argumento o grupo e seus membros. O grupo é constituído pelos deputados que incentivaram a abertura de tal processo. Os membros são os que concordaram, votaram e conseguiram retirar a líder petista do mais alto cargo político.

Ao continuar a argumentação, esse parlamentar se posiciona a partir de um *ethos* de experiente, uma vez que já está em seu “segundo mandato” como deputado federal. Observamos, também, que o orador recorre ao lugar retórico de pessoa. Ele afirma que “o desenvolvimento e a mudança da vida das pessoas são um grande trabalho deste Congresso”. Cuidar das pessoas para que elas possam ter mudança de vida é, segundo esse discurso, uma função desempenhada pelo Congresso. O orador engatilha seu *ethos* de líder, pois novamente se posiciona como um porta-voz de todos os deputados que eram a favor do *impeachment* e que, ao mesmo tempo, estão incluídos neste trabalho que é realizado pelo “Congresso”.

Já na conclusão de seu voto, o orador tece uma crítica ao governo vigente na época, dizendo que o Brasil estava parado e que era necessário encontrar uma saída. Nesse trecho, a projeção do *ethos* de patriota se faz presente, haja vista que o argumentador demonstra estar preocupado com o seu país. O patriota é aquele que almeja ver o seu país trilhando caminhos que o levem para um lugar de paz, prosperidade, justiça, entre outras finalidades. Para corroborar sua posição, esse deputado votante afirma que é necessário encontrar uma saída. Essa saída era, a seu ver, a retirada de Dilma Rousseff do cargo de presidente do Brasil.

Para proceder ao seu voto, o orador destaca algumas razões: “em nome do progresso dos alagoanos, dos meus filhos e de quem convive em Alagoas”. Aqui podemos reconhecer a formulação de um *ethos* de virtuoso. Um político que busca demonstrar uma possível preocupação com o povo alagoano, com a sua família e com as pessoas que vivem em Alagoas. Novamente, o lugar de pessoa está mobilizado nesse voto. A preocupação maior gira em torno de um bem-estar das pessoas, conforme esse discurso em tela. O orador tenta mover seu auditório por meio de uma estratégia argumentativa que imprime uma maior consideração sobre questões humanas, em detrimento de questões mais mercadológicas, a exemplo de economia, inflação, entre outras.

Ao final, o argumentador assevera: “Eu e meu partido, que fechou questão a favor do *impeachment*, caminhamos juntos e meu voto é sim ao procedimento”. Nesse ato retórico, o deputado votante engendra um *ethos* de obediente. Ele revela que caminha junto com o seu partido e que ambos decidiram apoiar o *impeachment* da presidenta Dilma. O orador culmina sua argumentação ao dizer “sim ao procedimento”. Logo, a argumentação em tela mostra que

as escolhas feitas são em conjunto, razão pela qual novamente notamos a constituição do argumento o grupo e seus membros, neste caso, o Partido Progressista (PP) e seus signatários, ou seja, algo previamente acordado, beirando um conchave político, tanto que o referido processo foi nomeado como golpe pelas circunstâncias, ainda que o *impeachment* seja previsto pela Constituição brasileira.

Neste voto em análise, as paixões retóricas estão manifestadas no discurso apregoado pelo orador. A paixão da confiança é a mais perseguida, uma vez que, conforme apreendemos com o pai da retórica, o auditório precisa acreditar naquilo que o orador proclama. Conquistar a confiança é o primeiro passo para o sucesso de todo empreendimento retórico. Em nosso entendimento, o orador tentou despertar a paixão da confiança, bem como a da esperança, a fim de que o auditório pudesse enxergar que o processo de *impeachment* seria um gatilho para a transformação do Brasil. A paixão da amizade também foi excitada, uma vez que o orador se apresenta como alguém que se diz amigo do povo alagoano e que se importa com esse povo. As questões passionais visam, sobretudo, comover os ânimos daqueles que o orador almeja persuadir, manter e até mesmo ampliar a adesão já conquistada em outros momentos.

A seguir, temos o posicionamento do atual prefeito da cidade de Maceió – AL. João Henrique Holanda Caldas, também conhecido como JHC, era deputado federal pelo estado de Alagoas, por ocasião do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Análise retórica da votação 2:

Neste segundo voto, o orador argumenta que foi o deputado federal mais votado do estado de Alagoas, razão por que teria uma responsabilidade em votar a favor do afastamento da então presidente do Brasil. Vemos isso no voto a seguir:

JHC (PSB-AL): Quis o povo do meu honrado estado de Alagoas que eu estivesse aqui no dia de hoje para fazer história. Eu sabia da minha responsabilidade por ter sido o deputado federal mais votado daquele estado. Sabia da minha responsabilidade também por ser o deputado mais jovem e, hoje, com essa responsabilidade nas minhas mãos, dos jovens que desejam uma política séria, transparente, ética e voltada para o povo brasileiro. É por isso que venho aqui me manifestar. Ao contrário do que dizem argumentos falaciosos, como dizia Schumpeter, na democracia participativa de hoje, o governo faz tudo o que pregou de forma diferente. Senhor presidente, se formos analisar por essa interpretação de regimes, em Cuba há eleição! Na Coreia do Norte, há eleição! No Iraque? Teve eleição. Portanto, senhor presidente, não podemos virar as costas para a opinião pública ou fingir o que o povo fala e as ruas dizem não importa neste momento.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Deputado JHC vota “sim” pelo impeachment. Viva Alagoas! Viva Maceió!

Na introdução do voto, esse orador conclama o seu povo alagoano, sobretudo, os seus eleitores, pois foram eles que lhe colocaram no cargo de deputado. Em seguida, enuncia que foi o “deputado federal mais votado daquele estado”. Como vemos, a projeção do *ethos* de líder é o que carreia a busca pela adesão. O orador argumenta como se fosse o representante máximo do estado de Alagoas, ignorando, por exemplo, os outros colegas deputados federais alagoanos. Além disso, engendra um argumento pelo lugar retórico da quantidade, já que foi o deputado que teve o maior número de votos em Alagoas, por isso mereceria tal destaque.

Por meio de repetições (Eu sabia da minha responsabilidade), o deputado votante busca construir sua argumentação para o público-jovem, haja vista que declara: “por ser o deputado mais jovem e, hoje, com essa responsabilidade nas minhas mãos, dos jovens que desejam uma política séria, transparente, ética e voltada para o povo brasileiro”. Novamente, o argumento pelo lugar retórico da quantidade (mais jovem) é mobilizado nesse voto. O orador, que é jovem, tenta conquistar a adesão dos mais jovens. No entanto, ser o mais jovem deputado federal eleito pelo estado de Alagoas não o credita ser o mais eficiente, capaz, honesto etc., pois não elencou, ainda que fosse brevemente, argumentos que o demonstrassem eficiência no exercício de seu mandato.

A argumentação em tela almeja levar o auditório a acreditar que, por ser jovem e o mais votado, esse político seria realmente o mais preparado em Alagoas. Trata-se, portanto, de uma tentativa de influenciar o auditório por meio de razões numéricas (mais jovem e mais votado). Um pouco mais à frente, esse orador salienta: “Ao contrário do que dizem argumentos falaciosos, como dizia Schumpeter, na democracia participativa de hoje, o governo faz tudo o que pregou de forma diferente”. Por meio do argumento de autoridade, o orador menciona o economista e cientista político austríaco Schumpeter, para tecer uma crítica ferrenha ao governo petista de Dilma Rousseff. Para o orador, o governo diz uma coisa e faz totalmente outra, razão pela qual existia uma contradição.

O orador ainda cita países considerados ditoriais, a exemplo de Cuba, Coreia do Norte e Iraque. Evoca essas nações para dizer que nelas existem eleições, mas que não são democráticas, uma vez que as pessoas não têm autonomia. Ao trazer esse cotejamento, o orador recorre ao argumento de analogia, a fim de fazer uma espécie de comparação entre esses países e o Brasil. Mesmo existindo um abismo enorme entre o modelo político aplicado

nesses países e o que é aplicado na nação brasileira, o deputado em tela suscita, no imaginário do auditório, uma ideia de que o Brasil poderia se transformar em um país igual ou pior aos que foram mencionados, sobretudo, com a ideia de um regime comunista. Para evitar isso, era preciso votar contra Dilma Rousseff e contra algo maior: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Logo após perfazer essa sequência argumentativa, o orador pontua que não se pode virar as costas para a opinião pública, que, segundo ele, clama pelo afastamento de Dilma do cargo de presidente. Ele advoga: “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Deputado JHC vota ‘sim’ pelo impeachment. Viva Alagoas! Viva Maceió!”. Neste momento conclusivo, o deputado votante formula um *ethos* de patriota, como alguém que se preocuparia com o futuro do Brasil, bem como de Alagoas e Maceió. Nesses termos, votar a favor do *impeachment* é ser um defensor da democracia brasileira, consoante esse discurso. O argumento da divisão do todo em suas partes é mobilizado. O todo (Brasil) e as suas partes (Alagoas, Maceió) constituem o alvo central da argumentação dirigida pelo orador. Certamente, Alagoas e Maceió representam o auditório idealizado construído pelo discurso desse deputado.

A instauração do *pathos* é bem incisiva nesse voto. Além de tentar despertar a paixão da confiança no auditório, outras paixões podem ser depreendidas. A esperança pode ser percebida, uma vez que o orador se coloca como alguém jovem que trará uma política séria, transparente, ética. A ira pode ser suscitada no auditório, no sentido de o orador mostrar que o governo Dilma fazia tudo diferente do que pregava. O medo também é outra paixão engendrada, uma vez que o orador cita países considerados ditoriais e faz uma comparação com o Brasil, caso Dilma continuasse no poder, intuindo um pavor na sociedade brasileira. O favor é outra paixão possível, tendo em vista que o orador afirma que a opinião pública clama por uma posição favorável ao processo de *impeachment*. Portanto, o orador busca atingir o campo passional do auditório, sobretudo, com a insistente ideia de mostrar que Dilma e o PT eram, à época, um “mal” que precisava ser vencido para o Brasil progredir. Cativar os ânimos do auditório foi uma das estratégias argumentativas utilizadas por esse orador.

A seguir, temos o voto do deputado Paulão (PT). Ele se posiciona como uma das vozes mais importantes do Partido dos Trabalhadores no estado de Alagoas, representando, também, os movimentos sociais da região, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em seu voto, esse deputado atua de modo a desqualificar o presidente da sessão.

Análise retórica da votação 3:

Neste terceiro voto, percebemos que o orador recorre a argumentos de autoridade e ao ataque ao adversário para construir o seu projeto persuasivo contrário ao afastamento de Dilma Rousseff. É o que podemos identificar no ato retórico abaixo:

Deputado Paulão (PT-AL): Companheiros e companheiras parlamentares e povo brasileiro. Eu queria discutir um dos princípios fundamentais da Constituição de 88, que o poder que emana do povo, e a referência era o velho Ulysses Guimarães, o verdadeiro brasileiro, que recepcionou na sua carta magna a soberania nacional, a defesa pelo Brasil. Agora vejam a vergonha, a casa tá sendo presidida pelo “sacripanta” Deputado Eduardo Cunha, que não tem amor ao Brasil, até porque suas contas não são no Brasil, é na Suíça e no Panamá. É por isso que, independente desse resultado, honrando o povo brasileiro, no sangue e na luta de Zumbi, agradecendo os movimentos sociais, a luta continua. Não ao golpe! Não ao golpe!

Ao iniciar o seu voto, o orador conclama os seus companheiros e as suas companheiras, bem como o povo brasileiro. Assim, se utiliza do argumento da inclusão das partes (companheiros e companheiras) no todo (o povo brasileiro). A argumentação parte do menor e sofre uma graduação para o maior. Essa graduação posta dessa maneira mostra o tipo de auditório que o orador pretende atingir. Primeiro, as pessoas que ele denomina de companheiras. E, em segundo, a nação brasileira, o povo do Brasil como um todo.

Ao referenciar os princípios fundamentais presentes na Constituição brasileira de 1988, bem como a Ulysses Guimarães, o orador projeta um *ethos* de democrata, de alguém que conhece e respeita os valores fundamentais da democracia brasileira. Além disso, engatilha o argumento de autoridade, pois a Constituição é um documento escrito que rege as leis brasileiras. Recorre, também, à figura pública de Ulysses Guimarães, ex-presidente da Câmara dos Deputados e um dos principais nomes opositores à ditadura militar no Brasil.

Em seguida, o orador lança mão do argumento de definição para nomear o deputado Eduardo Cunha como “sacripanta”. Afirma que esse deputado não tem amor pelo Brasil e que possui contas bancárias na Suíça e no Panamá, revelando, explicitamente, as ilícitudes perpetradas por Cunha nesses países conhecidos como ilhas e/ou paraísos fiscais. Aqui identificamos um *ethos* de denunciante, pois o orador revela possíveis crimes cometidos por Cunha. Como pode alguém com tais problemas na justiça presidir a Câmara dos Deputados em um processo tão importante para a democracia brasileira? Entendemos ser essa a pergunta retórica que está implícita nessa argumentação do referido orador. Assim, visualizamos,

implicitamente, a utilização do argumento da incompatibilidade, tendo em vista que alguém com tantos empecilhos jurídicos ainda assim continuava na liderança da Câmara dos Deputados, conduzindo um dos processos mais importantes da história política brasileira.

Ademais, o orador faz referência a Zumbi dos Palmares nesse trecho: “honrando o povo brasileiro, no sangue e na luta de Zumbi”. O parlamentar estabelece uma ligação de seus posicionamentos contrários ao *impeachment* à figura histórica que foi Zumbi, conectando seu posicionamento a um homem que é símbolo de luta, orgulho e resistência nacional no âmbito do povo negro brasileiro. A repetição do “não ao golpe” é apregoada a partir do argumento de definição. Para o orador, não se tratava de um *impeachment* legítimo, mas sim de um verdadeiro golpe de Estado contra a primeira presidente mulher eleita de forma democrática.

Nesse voto, as paixões estão afloradas e se manifestam no discurso do orador. Primeiro ele tenta conquistar a confiança do povo, uma vez que menciona leis e personagens importantes na história do Brasil para chancelar sua argumentação. Depois, tenta despertar a indignação, uma vez que desqualifica o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, como alguém que não possuía legitimidade para estar à frente de tal processo. Após isso, almeja despertar a ira do povo, visto que Dilma estava sendo vítima de uma vingança por parte de Cunha. Como vemos, o apelo às paixões é por demais incisivo nesse voto do orador. O voto termina com a repetição exclamativa de ordenança: “Não ao golpe! Não ao golpe!”.

A seguir, analisaremos o voto do deputado federal Givaldo Carimbão (PHS). Nele, esse orador busca construir uma argumentação com base nos seus traços de caráter. As paixões também ocupam um lugar de destaque, pois o orador recorre ao terreno das emoções.

Análise retórica da votação 4:

Neste quarto ato retórico analisado, o orador mostra que alguns deputados votaram a favor do *impeachment* para não sofrerem nenhuma penalização partidária. Além do mais, cita o Supremo Tribunal Federal e o discurso religioso bíblico para ancorar a sua decisão contrária ao afastamento da então presidenta do Brasil.

Deputado Givaldo Carimbão (PHS-AL): Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nação brasileira. Seria muito fácil depois de vinte votos a mais, querer aparecer, querer de repente fazer média com a sociedade, mas este não é meu perfil, senhor presidente. Prefiro perder em pé, mas com dignidade, do que vim aqui e fazer aquilo que muitos fizeram aqui, sem ter coragem de enfrentar a sua punição. Aqui tem homens de bem! Tenho vinte anos nesta casa. Companheiros, companheiras,

deputados e deputadas, o Supremo Tribunal Federal, julgou a causa anteontem, cinco a cinco, ali estão os maiores juristas do Brasil, julgando a Constituição e dividiu a justiça de cinco a cinco. Quanto mais o parlamento que é uma casa política, tem toda liberdade de divergir. Porquanto presidente, fiz o meu registro na casa, por três vezes e continuo com a minha condição. Eu não vou lavar as minhas mãos como Pôncio Pilatos. Eu voto não! Senhor presidente!

Durante o exórdio do seu voto, esse orador começa invocando seus pares, bem como a nação brasileira, construindo, desse modo, a imagem de seu auditório. Em seguida, postula que seria “muito fácil depois de vinte votos a mais, querer aparecer, querer de repente fazer média com a sociedade, mas este não é meu perfil, senhor presidente”. Com essa formulação, observamos a projeção de um *ethos* de sério, ou seja, de alguém que realmente está ocupando um cargo público de grande relevância social e que se mostra como uma pessoa íntegra, que não se utiliza de meios incoerentes para se autopromover. Apregoa o argumento pelo lugar de quantidade, ao dizer “vinte votos a mais”, trazendo razões numéricas para argumentar.

Após esse momento, o orador suscita um *ethos* de caráter, ao dizer: “Prefiro perder em pé, mas com dignidade, do que vim aqui e fazer aquilo que muitos fizeram aqui, sem ter coragem de enfrentar a sua punição. Aqui tem homens de bem! Tenho vinte anos nesta casa”. Nesse ato retórico, o *ethos* de caráter mostra que o orador tem princípios e segue o que acha mais conveniente, transmitindo para o auditório um autocontrole. Ao mesmo tempo, esse orador engendra um *ethos* de denunciante, pois afirma que “muitos” não tiveram “coragem de enfrentar a sua punição”. Entendemos que o orador explica que alguns colegas deputados se acovardaram e votaram a favor do *impeachment* por medo de punições partidárias. O *ethos* de experiente também é constituído, uma vez que o orador diz possuir “vinte anos nesta casa”, o que chancela um lugar de prestígio, de alguém que conhece bem o cargo que ocupa há duas décadas.

Ademais, quanto à afirmação “aqui também tem homens de bem”, notamos que o orador busca reforçar a ideia de que, apesar do contexto, ainda há deputados dignos e éticos na Câmara. Essa declaração destaca a integridade de certos membros, sugerindo que a corrupção ou a falta de ética não são características universais entre os parlamentares. O argumento pelo lugar de quantidade (tenho vinte anos nesta casa) endossa mais ainda a possível credibilidade do orador, como alguém que já tem uma longa experiência política na Câmara dos Deputados.

Ao continuar a argumentação, o orador apresenta que “o Supremo Tribunal Federal, julgou a causa anteontem, cinco a cinco, ali estão os maiores juristas do Brasil, julgando a

Constituição e dividiu a justiça de cinco a cinco. Quanto mais o parlamento que é uma casa política, tem toda liberdade de divergir.” Neste ato retórico, o orador lança o argumento de autoridade, ao enunciar que o STF julgou a causa do processo de crime contra Dilma e que os ministros e as ministras divergiram e empataram na votação. O STF representa a Suprema Corte do Brasil, razão pela qual é necessário obedecer às suas decisões. Além do mais, o orador emprega o argumento de regra de justiça, ao dizer que se os “maiores juristas do Brasil divergiram”, o parlamento também pode divergir. O argumento mostra que não existe uma decisão fechada, pronta e acabada, mas sim vários tipos de opiniões diversificadas. O orador evoca um *ethos* de democrata para enfatizar que a divergência é algo possível de acontecer.

Ao final do seu voto, o orador preleciona o seguinte: “Porquanto presidente, fiz o meu registro na casa, por três vezes e continuo com a minha condição. Eu não vou lavar as minhas mãos como Pôncio Pilatos. Eu voto não! Senhor presidente!”. A expressão utilizada pelo orador é “lavar as mãos como Pôncio Pilatos”. Ela tem origem intertextual na Bíblia Sagrada e refere-se à condenação de Jesus Cristo, consoante narrativa bíblica. Essa menção está descrita no Evangelho segundo Mateus 27:24, que aponta a seguinte enunciação: “Vendo Pilatos que nada aproveitava, antes o alvoroço se aumentava, tomou água e lavou as mãos diante da multidão, dizendo: inocente sou eu do sangue deste justo; cuidai-vos disso”.

O governador Pôncio Pilatos lavou suas mãos em público para mostrar que não se responsabilizaria pela morte de Jesus de Nazaré. Dessa forma, ao utilizar essa expressão, o parlamentar deixa claro que não vai se isentar de sua responsabilidade como político e enfrentará as consequências de sua decisão. Com efeito, o orador recorre ao argumento pelo antimodelo para afirmar que não imitará o personagem bíblico. Assim, traz à baila o *ethos* de caráter, demonstrando retidão, honestidade, seriedade diante de uma situação conflituosa.

No que concerne às paixões, compreendemos que a paixão da confiança foi a que mais o orador tentou despertar em seu auditório. O orador precisava fazer com que as pessoas acreditassesem que realmente o voto contrário ao *impeachment* de Dilma era preferível naquele momento. A indignação também pode ser pensada, uma vez que o orador acusa colegas de votarem contra Dilma por causa das penalidades que poderiam sofrer em seus respectivos partidos. Afastar uma presidenta eleita democraticamente apenas por medo de punições seria um tipo de covardia. Logo, as paixões, quando excitadas, conduzem as pessoas à ação. Certamente, esse orador conseguiu despertar paixões, mas não há como mensurá-las aqui, pois não temos uma teoria da recepção que seja capaz de medir a força das paixões humanas.

Considerações finais

Após todo esse percurso teórico, metodológico e analítico, conseguimos descrever, explicar e interpretar as estratégias argumentativas presentes em votos de deputados federais de Alagoas durante a sessão do *impeachment* da então presidenta do Brasil Dilma Vana Rousseff. As provas retóricas foram constituídas a partir de diferentes situações em cada voto.

O primeiro deputado, Arthur Lira, projetou os *ethé* de competência, amigo, líder, experiente, patriota, virtuoso e obediente. Destacamos o *ethos* de líder, uma vez que foi o mais recorrente no voto desse orador. Tentou despertar algumas paixões (*pathos*) no auditório, a exemplo da confiança, esperança e amizade. Sobre os argumentos (*logos*), identificamos o de definição, o grupo e seus membros e o lugar retórico de pessoa. Percebemos que o orador apresentou um discurso com traços mais racionais do que passionais, tendo em vista que recorreu, ao menos duas vezes, aos argumentos o grupo e seus membros e lugar de pessoa.

O segundo deputado, JHC, engendrou os *ethé* de líder e patriota, demonstrando ser alguém que se preocupa com o seu povo. No voto desse parlamentar, foram mobilizadas algumas paixões, tais como: confiança, esperança, ira, medo e favor. Acerca dos argumentos, constatamos que o orador lançou mão do lugar retórico da quantidade, dos argumentos de autoridade, da analogia e da divisão. Destacamos o lugar de quantidade, uma vez que esse orador apela para as razões numéricas para argumentar. Diferentemente do primeiro voto, aqui vemos que a passionalidade e a racionalidade tiveram uma equidade de presença.

O terceiro deputado, Paulão, apresentou pelo menos dois tipos de *ethé*: de democrata e de denunciante. No campo passional, tentou suscitar as paixões da confiança, indignação e ira. Sobre os argumentos, constatamos a presença dos seguintes: autoridade, definição e incompatibilidade. Destacamos o argumento de definição que foi utilizado pelos menos duas vezes e serviu até mesmo para recategorizar o deputado Eduardo Cunha como sacripanta. Na votação desse orador, também reconhecemos um cotejamento entre razão e emoção.

O quarto deputado, Givaldo Carimbão, construiu os seguintes *ethé*: sério, caráter, denunciante, experiente e democrata. Na esfera passional, encontramos algumas paixões, como a confiança e a indignação. Esse orador recorreu a alguns argumentos, a saber: lugar retórico de quantidade, argumento de autoridade, regra de justiça e antímodelo. É perceptível que a argumentação desse parlamentar percorreu nuances mais racionais do que passionais.

Embora o *pathos* e o *logos* tenham a mesma importância, entendemos que a categoria do *ethos* foi a prova retórica mais utilizada nessas quatro votações. Os oradores tentaram projetar, no discurso, imagens positivas de si, a fim de que os eleitores acreditassesem que seu representante estava mesmo fazendo o que era correto. Para os de direita, seria correto votar a favor para destituir Dilma Rousseff; para os de esquerda, seria correto votar contra o afastamento da líder petista. Assim, por meio do discurso, recheado de estratégias argumentativas, acreditamos que esses oradores conseguiram, de alguma maneira, influenciar o auditório. Três deles continuam em cargos políticos de grande expressividade em Alagoas. Lira é o atual Presidente da Câmara dos Deputados; JHC é o atual prefeito de Maceió reeleito para novo mandato a partir de janeiro de 2025; Paulão é deputado federal. Apenas Givaldo Carimbão está fora, pois não conseguiu ganhar outras eleições para deputado ou outro cargo.

Esperamos realizar novos trabalhos nessa área disciplinar, a fim de entender como atuaram retoricamente esses oradores do estado de Alagoas. Por causa da delimitação deste estudo, analisamos apenas quatro votações de um total de nove. Outras questões precisam ser investigadas tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Foram nesses locais onde acontecerem as sessões de votações do *impeachment*. Para concluir as nossas discussões nesta investigação, mencionamos a seguinte citação: “O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido” (Charaudeau, 2018, p. 39).

Referências

- ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar:** gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê, 2004.
- ARISTÓTELES. **Retórica.** Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- EMEDIATO, Wander. **Análise do discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática.** São Paulo: Pontes Editores, 2022.
- FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão:** princípios de análise Retórica. São Paulo: Contexto, 2015.

FERREIRA, Luiz Antonio. Atos retóricos: do medo e da confiança. In: FIGUEIREDO, Maria Flávia; VIDAL, Gerardo Ramírez; FERREIRA, Luiz Antonio. (Orgs.). **Paixões aristotélicas**. Franca/SP: Unifran, 2017.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017.

MATEUS, Samuel. **Introdução à retórica no séc. XXI**. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2018. Disponível em: https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/201804271553-201807_introretorica_smateus.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2024.

MEYER, Michel. **A Retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. (Prefácio). In: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. XVII-LI.

MORAIS, Eduardo Pantaleão de. **O macroethos racional e o afetivo na argumentação do julgamento do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2019.

MOSCA, Lineide Salvador. Paixões, emoções e afetividade na trilha do tempo: lugar no discurso. In: FIGUEIREDO, Maria Flávia; VIDAL, Gerardo Ramírez; FERREIRA, Luiz Antonio. (Orgs.). **Paixões aristotélicas**. Franca/SP: Unifran, 2017.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola: 2019.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PIANCÓ, Emanuelle Maria da Silva. O fenômeno da recategorização em votações orais durante o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. In: ROCHA, Max Silva da; SANTOS, Marcos Suel dos; PIANCÓ, Emanuelle Maria da Silva. **Estudos do texto e do discurso**: perscrutando diálogos. Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, Max Silva da; MELO, Deywid Wagner de; MOURA, João Benvindo de. O orador Jesus e a construção do ethos durante a pregação do sermão do monte. **Revista Leitura**, [S. l.], n. 81, p. 152–166, 2024. DOI: 10.28998/2317-9945.202481.152-166. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/17223>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.